



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA Rodoviária FEDERAL  
18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL  
ESTADO DO MARANHÃO



# RELATÓRIO DE GESTÃO

## EXERCÍCIO 2008

Abril  
2009

## **MNISTÉRIO DA JUSTIÇA**

**Ministro de Estado da Justiça**

Tarso Fernando Herz Genro

## **DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**

**Diretor Geral**

Hélio Cardoso Derenne

## **18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**

**Superintendente**

Inacio Castro Junior

**Superintendente Substituto e Corregedor Regional**

José Raimundo dos Santos Júnior

**Chefe da Seção Administrativa e Financeira**

Maria Avanir da Costa Souza

**Chefe da Seção de Recursos Humanos**

Eduardo José Mendonça Lima

**Chefe da Seção de Policiamento e Fiscalização**

Joelson Mendonça da Silva

### **Elaboração:**

**Inacio Castro Junior**

Superintendente

Abril / 2009

**MISSÃO INSTITUCIONAL**

**Zelar pela Segurança Pública nas Rodovias Federais**

## SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO, 6.
  - 1.1. ESTRUTURA ORGÂNICA DA UNIDADE, 9.
2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E PROGRAMÁTICAS, 10.
  - 2.1. Responsabilidades institucionais – O papel da unidade na execução das políticas públicas, 10.
  - 2.2. Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas, 14.
  - 2.3. Programas, 15.
    - 2.3.1. Programa 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais, 16.
      - 2.3.1.1. Ação 2524 – Capacitação do Policial Rodoviário Federal, 18.
        - 2.3.1.1.1. Resultados da ação, 19.
      - 2.3.1.2. Ação 4572 – Capacitação dos Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação, 19.
        - 2.3.1.2.1. Resultados da gestão de treinamento e desenvolvimento de recursos humanos, 19.
      - 2.3.1.3. Ação 2C78 – Acompanhamento Psicossocial dos Servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, 21.
        - 2.3.1.3.1. Resultados da ação, 21.
      - 2.3.1.4. Ação 2816 – Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal, 23.
        - 2.3.1.4.1. Resultados da ação, 23.
      - 2.3.1.5. Atividades de Saúde nas Rodovias Federais, 24.
        - 2.3.1.5.1. Resultados da ação, 24.
      - 2.3.1.6. Ação 4641 – Publicidade e Utilidade Pública, 25.
        - 2.3.1.6.1. Resultados da ação, 26.
      - 2.3.1.7. Ação 8641 – Processamento, Remuneração dos Departamentos Estaduais de Trânsito e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal, 27.
        - 2.3.1.7.1. Resultados da ação, 27.
      - 2.3.1.8. Ação 2720 – Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública, 28.
        - 2.3.1.8.1. Resultados da ação, 28.
      - 2.3.1.9. Ação 2B11 – Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal, 29.
        - 2.3.1.9.1. Resultados da ação, 29.
      - 2.3.1.10. Ação 4526 – Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e

- Rodovias Federais, 30.
- 2.3.1.10.1. Resultados da ação, 30.
- 2.3.1.11. Ação 8692 – Educação de Trânsito para Usuários das Rodovias Federais, 31.
  - 2.3.1.11.1. Resultados da ação, 31.
- 2.3.1.12. Ação 2723 – Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais, 34.
  - 2.3.1.12.1. Resultado da gestão das ações finalísticas, 35.
    - 2.3.1.12.1.1. Relacionados à fiscalização de trânsito e ao atendimento aos usuários, 35.
    - 2.3.1.12.1.2. Relacionados ao combate à criminalidade, 35.
    - 2.3.1.12.1.3. Resultados adversos, 38.
- 2.3.1.13. Ação 8703 – Atividade Correcional, 39.
  - 2.3.1.13.1. Resultados da ação, 39.
- 2.3.2. Programa 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal, 40.
  - 2.3.2.1. Ação ID49 – Construção do Prédio-Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, 41.
    - 2.3.2.1.1. Resultados da ação, 41.
  - 2.3.2.2. Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal, 42.
    - 2.3.2.2.1. Resultados da ação, 42.
  - 2.3.2.3. Ação 862B – Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal, 43.
    - 2.3.2.3.1. Resultados da ação, 43.
  - 2.3.2.4. Ação 1835 – Implantação dos Sistemas de Tecnologia da Informação, 44.
    - 2.3.2.4.1. Resultados da ação, 45.
  - 2.3.2.5. Ação 200C – Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária, 45.
    - 2.3.2.5.1. Resultados da ação, 46.
  - 2.3.2.6. Ação 8698 – Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação, 46.
    - 2.3.2.6.1. Resultados da ação, 47.
- 2.3.3. Programa 0750 – Apoio Administrativo, 48.
- 2.4. Desempenho Operacional, 48.
  - 2.4.1. Desempenho referente às ações do Programa 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais, 48.
  - 2.4.2. Desempenho referente às ações do Programa 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal, 50.

- 2.4.3. Desempenho referente às ações do Programa 0750 – Apoio Administrativo, 51.
- 2.4.4. Evolução dos gastos gerais, 52.
- 3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS, 52.
- 4. RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, 52.
- 5. DEMONSTRATIVOS DE TRANSFERÊNCIAS NO EXERCÍCIO, 52.
- 6. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA, 53.
- 7. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS, 53.
- 8. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA, 53.
- 9. DECLARAÇÃO SOBRE A REGULARIDADE DOS BENEFÍCIOS DIRETOS DE RENÚNCIA, 53.
- 10. OPERAÇÕES DE FUNDOS, 53.
- 11. DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO, 54.
  - 11.1. Cartão de crédito corporativo – Série histórica, 54.
  - 11.2. Definições feitas pelo ordenador de despesa, 54.
- 12. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO, 54.
  - 12.1. Recomendações exaradas pela Controladoria Geral da União no anexo do Relatório nº 208293 relativo ao exercício de 2007, 54.
- 13. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 56.
  - 13.1. Determinações exaradas no Acórdão nº 2806/2008, relativo ao exercício de 2006, 56.
  - 13.2. Determinações exaradas no Acórdão nº 5226/2008, relativo ao exercício de 2005, 59.
- 14. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO, 61.
- 15. DISPENSAS DE INSTAURAÇÃO DE TCE E TCE CUJO ENVIO AO TCU FOI DISPENSADO, 61.
- 16. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS, 61.
- 17. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO, 63.
- 18. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADE AFINS, 63.

## 1. IDENTIFICAÇÃO

Nome completo da unidade e sigla	18ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal – 18ª SRPRF/MA	
CNPJ	00.394.494/0119-28	
Natureza jurídica	Órgão da Administração Direta do Poder Executivo Federal	
Vinculação ministerial	Ministério de Estado da Justiça	
Endereço completo da sede	BR 135, Km 01, nº 3737, Tirirical, São Luís-MA, CEP: 65.095-600 Telefone: 98-3244 5376	
Endereço institucional da Internet	<a href="http://www.dprf.gov.br">www.dprf.gov.br</a>	
Normativos de criação, competências e estrutura organizacional, regimento interno da unidade de que trata o Relatório de Gestão e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	Competências definidas no Art. 144 da Constituição Federal, no Art. 20 da Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), no Decreto nº 1.655/1995, de 03 de outubro de 1995, no Regimento Interno, constante do anexo da Portaria nº 1.375/2007, de 02 de agosto de 2007, do Ministro de Estado da Justiça, publicada no D.O.U de 06 de agosto de 2007	
Código da UJ titular do relatório	200124	
Código das UJ abrangidas	Não consolida outras unidades	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento	
Função de governo predominante	Segurança Pública	
Tipo de atividade	Segurança Pública – Policiamento e Fiscalização de Trânsito	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	18ª SPRF	200124

A 18ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal integra a estrutura orgânica do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, órgão vinculado ao Ministério da Justiça, e está localizada no Estado do Maranhão, com sede na cidade de São Luís.

A Unidade exerce sua atuação institucional em sete rodovias federais que compõem a malha viária federal no Estado do Maranhão, com 3.403,1 quilômetros de extensão.

As competências e atribuições institucionais estão disciplinadas na Constituição Federal, Artigo 144, no Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503/1997, Artigo 20, no Decreto 1.655/1995, e no Regimento Interno aprovado pela Portaria Ministerial nº 1.375/2007, de 02 de agosto de 2007.

A estrutura orgânica é composta por delegacias, seções e núcleos, que são responsáveis pelo desenvolvimento das atividades administrativo-burocráticas e finalísticas relacionadas ao policiamento e à fiscalização de trânsito, estando assim discriminadas:

1. Gabinete do Superintendente
  - 1.1. Núcleo de Apoio Técnico - NUAT
  - 1.2. Núcleo de Comunicação Social - NUCOM
  - 1.3. Núcleo de Inteligência - NUINT
  - 1.4. Seção de Policiamento e Fiscalização - SPF
    - 1.4.1. Núcleo de Operações Especiais - NOE
    - 1.4.2. Núcleo de Multas e Penalidades - NMP
    - 1.4.3. Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária - NURAM
  - 1.5. Seção Administrativa e Financeira - SAF
    - 1.5.1. Núcleo de Orçamento e Finanças - NUOFI
    - 1.5.2. Núcleo de Patrimônio e Material - NUPAT
    - 1.5.3. Núcleo de Documentação - NUDOC
    - 1.5.4. Núcleo de Serviços Gerais - NUSEG
    - 1.5.5. Núcleo de Telemática - NUTEL
  - 1.6. Seção de Recursos Humanos - SRH
    - 1.6.1. Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal - NUCAP
    - 1.6.2. Núcleo de Administração de Pessoal - NUAP
  - 1.7. Corregedoria Regional - CR
    - 1.7.1. Núcleo de Assuntos Internos - NUAI
  - 1.8. Delegacias de Polícia Rodoviária Federal – DelPRF
    - 1.8.1. 1ª Delegacia de Polícia Rodoviária Federal

1.8.2. 2ª Delegacia de Polícia Rodoviária Federal

1.8.3. 3ª Delegacia de Polícia Rodoviária Federal

1.8.4. 4ª Delegacia de Polícia Rodoviária Federal

1.8.5. 5ª Delegacia de Polícia Rodoviária Federal

1.8.6. Núcleos de Policiamento e Fiscalização – NP

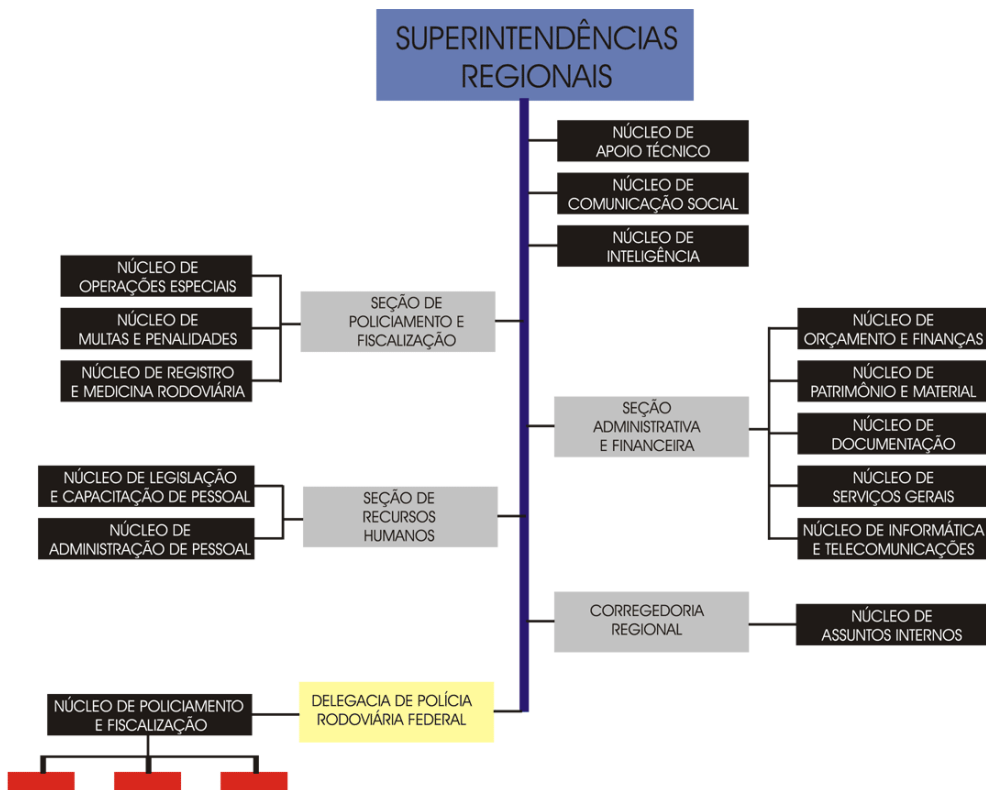
As seções e os núcleos funcionam na sede da Superintendência e as delegacias estão localizadas nas cidades de São Luís, Santa Inês, Caxias, Imperatriz e Balsas. Em cada delegacia funciona um núcleo de policiamento e fiscalização. A estrutura operacional é complementada com 12 postos vinculados às Delegacias.

- **Endereço das Delegacias de Polícia Rodoviária Federal**

<b>UNIDADE</b>	<b>ENDEREÇO</b>
1ª Delegacia	BR 135, Km 14, Povoado Pedrinhas, São Luís/MA
2ª Delegacia	BR 316, Km 258, Bairro São Cristóvão, Santa Inês/MA
3ª Delegacia	Avenida General Sampaio, 1443, Morro do Alecrim, Caxias/MA
4ª Delegacia	BR 010, Km 250, Bairro Cacau, Imperatriz/MA
5ª Delegacia	BR 230, Km 402, Avenida José Sarney, s/n, Bairro Potozy, Balsas/MA



# 1.1. ESTRUTURA ORGÂNICA DA UNIDADE



LEGENDA:

- Superintendências Regionais
- Delegacia
- Seções
- Núcleos
- Postos Policiais

## 2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E PROGRAMÁTICAS

### 2.1. Responsabilidades institucionais – O Papel da unidade na execução das políticas públicas

A Polícia Rodoviária Federal integra o Sistema Nacional de Segurança Pública e cumpre a missão de proteger vidas. Para o alcance dos objetivos institucionais relacionados à prevenção de acidentes, atendimento a usuários das rodovias, prevenção e combate à criminalidade, realiza o policiamento rodoviário e a fiscalização de trânsito.

A área territorial de atuação e a atividade precípua estão dispostas na Constituição Federal, no Artigo 144, § 2º, sendo atribuída à instituição a competência de realizar o patrulhamento ostensivo nas rodovias e estradas federais, através do desempenho das atribuições disciplinadas no Decreto 1.655/1995, na Lei nº 9.503/1997 – Código de Trânsito Brasileiro – e no Regimento Interno, aprovado mediante a Portaria Ministerial nº 1.375/2007-MJ, assim discriminadas:

I – Executar operações relacionadas à Segurança Pública, objetivando preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros;

II - Exercer os poderes de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes; inspecionar e fiscalizar o trânsito, assim como, efetuar convênios específicos com outras organizações similares;

III - Aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito e os valores decorrentes da prestação de serviços de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escolta de veículos de cargas excepcionais;

IV - Executar serviços de prevenção, atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias federais;

V - Realizar perícias, levantamentos de locais de acidentes, boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólica e outros procedimentos estabelecidos em leis e regulamentos, imprescindíveis à elucidação dos acidentes de trânsito;

VI - Credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de cargas indivisíveis;

VII - Assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, bem como, zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções, obras e instalações não autorizadas;

VII - Coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre acidentes de trânsito e suas causas, adotando ou indicando medidas operacionais preventivas e encaminhando-os ao órgão rodoviário federal;

IX - Implementar as medidas da Política Nacional de Segurança e Educação de Trânsito, promover e participar de projetos e programas de educação e segurança, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito;

X - Integrar-se a outros órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas à unificação do licenciamento, à simplificação e à celeridade das transferências de veículos e de prontuários de condutores de uma para outra unidade da federação;

XI - Fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruídos produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, de acordo com o estabelecido no art. 66 do CTB, além de dar apoio, quando solicitado, às ações específicas dos órgãos ambientais.

XII – Alienar veículos recolhidos e não reclamados, na forma da legislação em vigor;

XIII - Realizar, diretamente ou por meio de terceiros, na forma da lei, serviços de guincho;

XIV - Manter articulação com os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, de Transporte e de Segurança Pública, promovendo o intercâmbio de informações, objetivando o combate à violência no trânsito e à implementação de ações integradas de segurança pública;

XV - Executar, promover e participar das atividades de orientação e educação para a segurança do trânsito, bem como, desenvolver trabalho contínuo e permanente de prevenção de acidentes de trânsito;

XVI - Promover processos de recrutamento, seleção e atividades de capacitação de recursos humanos, bem como, demais atividades de ensino, na área de competência institucional;

XVII - Credenciar, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de guincho e remoção de veículos, de escolta de transporte de cargas superdimensionadas, indivisíveis e de produtos perigosos;

XVIII - Planejar e executar medidas de segurança para a escolta dos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estado, Diplomatas estrangeiros e outras autoridades, nas vias federais, quando solicitado pela autoridade competente;

XIX - Efetuar a fiscalização e o controle do tráfico de menores nas rodovias federais, adotando as providências cabíveis contidas na Lei nº 8.069/1990, de 13 junho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente;

XX - Colaborar e atuar na prevenção e repressão aos crimes contra a vida, os costumes, o patrimônio, a ecologia, o meio ambiente, os furtos e roubos de veículos e bens, o tráfico de entorpecentes e drogas afins, o contrabando, o descaminho e os demais crimes previstos em leis;

XXI - Elaborar o termo circunstanciado de ocorrências a que faz referência o parágrafo único do artigo 69 da Lei no 9.099/1995, de 26 de setembro de 1995, disciplinando o seu preenchimento a ser aprovado pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

O trânsito evidencia um fator estratégico para a economia nacional, pois a modalidade de transporte rodoviário é responsável pelo escoamento de um estrato significativo da riqueza do país, ademais, os prejuízos relacionados às consequências dos acidentes de trânsito alcançam valores vultosos, que poderiam ser aplicados no fomento da economia e nos programas voltados ao desenvolvimento social.

As vias de trânsito rodoviário do país estão abertas para mais de 50 milhões de veículos e são o local de morte de mais de 30 mil brasileiros anualmente, além dos milhares que morrem em hospitais e os que ficam lesados por toda a vida. Neste cenário, as rodovias e as estradas federais alcançam elevada importância na aplicação de programas nacionais, pois representam o elo de integração nacional.

A Polícia Rodoviária Federal, pela sua amplitude de atuação, estando presente em todo o país, constituiu-se a representante do Estado Brasileiro para a execução do programa “Segurança Pública nas Rodovias Federais”, que tem como objetivos precípuos a prevenção da ocorrência de acidentes e de ações delituosas que tanto trazem perigos aos cidadãos que utilizam as vias federais de trânsito rodoviário para quaisquer finalidades. Este programa é, de fato, a

verdadeira identidade institucional, pois representa o patrulhamento ostensivo, o fator presença, o atendimento aos usuários, a fiscalização de trânsito, a aplicação das medidas administrativas decorrentes e o atendimento a vítimas de acidentes.

A instituição também desenvolve o programa “Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal”, de caráter finalístico, sendo responsável em prover a logística necessária à plena e satisfatória execução das atividades de policiamento e fiscalização rodoviários, estando contempladas a implementação e manutenção dos sistemas operacionais informatizados.

O programa “Apoio Administrativo” atende às necessidades relacionadas à administração da unidade e os benefícios assegurados em lei aos servidores.

A instituição assume papel preponderante na execução de políticas públicas, pois a efetiva atuação visando à redução de acidentes e vítimas reflete uma significativa diminuição de gastos da previdência social e do sistema público de saúde com inválidos e com atendimento aos acidentados. Ademais, os leitos dos hospitais ficam à disposição para o atendimento de demandas provenientes de doenças naturais que acometem a população, que pode ser mais bem assistida.

Acrescente-se que a persecução da segurança no trânsito envolve diversificadas formas de atuação, destacando-se as ações educativas, que a cada ano assumem papel de grande relevância como fomentadora de uma maior consciência quanto à responsabilidade que cada cidadão deve ter quando estiver interagindo no trânsito.

Outro fator que evidencia a atividade institucional e que está inserido no programa que traduz a essencialidade do órgão é a violência crescente que tem trazido intranquilidade à sociedade brasileira, motivo pelo qual a instituição assumiu a característica de organismo policial de enfrentamento do crime instalado ao longo das rodovias e a nas faixas de domínio.

A Polícia Rodoviária Federal é o único órgão de âmbito federal com a capacidade de reduzir os elevados parâmetros negativos em que se encontra a situação da segurança pública nas rodovias federais brasileiras e, em virtude da presença em todo o território brasileiro, serve como articulador direto da operacionalização de um plano nacional para o setor, pois é constituída de cerca de 500 unidades policiais e uma abrangência de ação em mais de 3.500 municípios em todo o país, possuindo serviço direto, identificado e ininterrupto colocado à disposição sociedade. Além disso, a instituição possui autosustentabilidade garantida por serviços prestados, arrecadação de multas e parcerias de cooperação técnica e financeira.

O desempenho da grande amplitude de atribuições que representa os compromissos para com a Segurança Pública e a valorização da vida caracterizam a Polícia Rodoviária Federal como uma instituição qualificada para executar múltiplas políticas de ações sociais, decorrentes de demandas de setores da Administração Pública e da própria sociedade.

## 2.2. Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas

A Administração Regional concebeu o fator presença como estratégia de gestão para o alcance dos objetivos institucionais, evidenciado pela efetiva atuação nos locais de maior densidade de tráfego e de incidência de crimes perceptíveis, sendo utilizados como meios o policiamento ostensivo, o cartão programa, a fiscalização criteriosa e qualitativa, a mídia e as ações de orientação quanto à segurança no trânsito.

A escolha dos locais mais incidentes de eventos que colocam em risco a segurança das pessoas decorreu da grande extensão da malha rodoviária Federal no Estado do Maranhão, do reduzido número de servidores pertencentes ao quadro funcional ativo e do perfil estrutural da Instituição que não atende às demandas produzidas pelos mais diversificados eventos decorrentes das anomalias no trânsito e das implicações criminosas.

A malha viária é composta por sete rodovias e 3.403,1 quilômetros, sendo a sétima a nível nacional e a segunda na Região Nordeste, associado à estrutura operacional integrada por 12 bases operacionais. Rodovias como a BR 226 e a BR 402 não possuem bases operacionais da Polícia Rodoviária Federal. Outras rodovias apresentam extensos trechos desprovidos de policiamento e fiscalização por falta de bases operacionais e pelo baixo efetivo de policiais, consoante pode ser verificado no quadro abaixo que demonstra a força de trabalho disponível às unidades.

<b>Unidade</b>	<b>Policiais</b>	<b>Circunscrição – Km</b>
Sede	45	-
Del. 18/1	62	558,6
Del. 18/2	46	586,6
Del. 18/3	42	744,9
Del. 18/4	49	856,1
Del. 18/5	21	656,9
<b>Total</b>	<b>265</b>	<b>3403</b>

Dentre os impedimentos à amplitude das atividades finalísticas o mais severo refere-se à deficiência de recursos humanos, pois a Unidade dispõe somente de 265 Policiais Rodoviários Federais para o desempenho de todas as atribuições, sejam elas relacionadas às ações de fomento aos setores administrativo-burocráticos ou à atuação voltada propriamente para a Segurança Pública.

O quadro ativo de policiais destinados às atividades operacionais ainda sofre fragmentação, pois é dividido para atender à formação de quatro equipes que trabalham em escala de revezamento. As equipes dos postos são formadas atualmente, em sua grande maioria, por dois ou três policiais.

Em algumas situações de relevância, como interdição de rodovias, acidentes graves, nas operações de feriados nacionais e nas operações integradas com outros órgãos para a prevenção e combate à criminalidade, recorreu-se à designação de policiais para atuar em unidades diversas de suas lotações, visando ao reforço de policiamento e para garantir que a representatividade institucional estivesse à altura de sua importância.

Quanto à concessão de diárias, deve-se levar em consideração que a atividade institucional é ininterrupta e por muitas vezes revestida de caráter emergencial, portanto, não pode ficar condicionada a início de viagens em dias úteis, motivo pelo qual, por várias vezes foram concedidas para iniciar em fins de semana ou feriados, em atendimento à supremacia do interesse público. Situações semelhantes foram observadas em relação a diárias administrativas, tendo em vista a necessidade de adequar a atividade a ser desenvolvida com as escalas de serviço e para atender convocações emanadas do Departamento de Polícia Rodoviária Federal para eventos a serem iniciados no primeiro dia útil da semana ou depois de feriados, como ações de capacitação e inteligência, encontros e reuniões.

### **2.3. Programas**

A unidade esteve adstrita à obrigação de executar três programas abrangidos no Plano Plurianual 2008-2011: Segurança Pública nas Rodovias Federais, Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal e Apoio Administrativo.

O programa Segurança Pública nas Rodovias Federais se destaca como tradutor da razão de existência institucional, pois foi concebido para o alcance do objetivo de aumentar a segurança em sua área territorial. A Instituição adotou uma postura de caráter preventivo, evidenciado pelo fator presença nos locais mais propícios a práticas criminosas, subsidiando o

trabalho ostensivo a partir das ações de inteligência. No que se refere à atuação para reduzir índices de acidentes, ressalta-se o foco na fiscalização de trânsito e a intervenção nos trechos de maior densidade de tráfego, como forma de inibir comportamentos inadequados à segurança no trânsito.

O programa Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal viabiliza o desenvolvimento das atividades finalísticas, pois supre o órgão de instalações físicas adequadas e de logística material visando possibilitar a execução de tarefas operacionais destinadas à segurança pública.

O programa Apoio Administrativo fomenta as atividades administrativo-burocráticas e responde pelas despesas relacionadas à assistência e auxílios aos servidores.

### 2.3.1. Programa 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais

<b>Tipo de programa</b>	Finalístico
<b>Objetivo geral</b>	Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e a redução dos acidentes de trânsito
<b>Gerente de programa</b>	Hélio Cardoso Dernenne
<b>Gerente Executivo</b>	Alvarez de Souza Simões
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados</b>	Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais
	Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais
	Sensação de Segurança nas Rodovias Federais
<b>Público Alvo</b>	Usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais

É considerado o programa de maior importância, pois reflete todo o empenho da Instituição em garantir que o cidadão se sinta seguro quando utilizando as rodovias e estradas federais do país, tendo como indicadores de desempenho a Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais, a Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais e a Sensação de Segurança nas Rodovias Federais.

As ações estão relacionadas à segurança no trânsito e ao combate a todas as formas de atuação delituosa, tendo como suporte o serviço de inteligência para subsidiar as atividades operacionais. Outro aspecto relevante a considerar no programa refere-se à assistência aos usuários das rodovias quanto ao atendimento a acidentes e nas mais diversificadas demandas,



oriundas de quebras de veículos, seja pelo desgaste de peças, seja por problemas decorrentes de defeitos nas vias.

O programa foi executado diariamente, de forma contínua e sem interrupções, através das ações de policiamento rodoviário, planejadas mediante o Cartão-Programa elaborado pelas Delegacias que contemplaram as rondas em unidades móveis, os comandos e as operações.

Ressalta-se que ações do programa não alcançaram efetivamente a amplitude total da malha rodoviária sob a responsabilidade da 18ª Superintendência, tendo com principais óbices sua grande extensão em quilômetros e a reduzida quantidade de policiais, associadas ao número insuficiente de unidades operacionais fixas, representadas pelos postos de fiscalização.

As ações de fiscalização de transporte coletivo interestadual de passageiros, nas modalidades regular e eventual ou turístico, assim como, a fiscalização do transporte de veículos de carga, foram em parte desenvolvidas com recursos provenientes do Departamento de Polícia Rodoviária Federal para custeio de despesas com diárias, mediante transferências emanadas do convênio celebrado com o Ministério dos Transportes, através da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Houve ações que não receberam recursos específicos, mas estiveram inseridas no cotidiano da realização das atividades finalísticas, destacando-se a intervenção em pontos críticos, relacionados aos locais de maior incidência de acidentes levantados pelas estatísticas de trânsito no Sistema BR Brasil, controle de velocidade e monitoramento, controle e fiscalização eletrônica, realizadas pelos radares portáteis e fotográficos nos pontos de maior incidência de acidentes; Atividades de Saúde nas Rodovias Federais, representadas pelos Comandos de Saúde Preventivos; Julgamento de Recursos Administrativos de Multas de Trânsito.

- Principais Ações do Programa

### 2.3.1.1. Ação 2524 – Capacitação do Policial Rodoviário Federal

<b>Tipo</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	Formar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os candidatos às atividades inerentes da Polícia Rodoviária Federal. Capacitar e qualificar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os servidores para o melhor desempenho de suas atribuições.
<b>Descrição</b>	Realização de ações diversas voltadas à formação dos candidatos, habilitando-os às atividades da Polícia Rodoviária Federal. Capacitação dos policiais rodoviários. Custeio de eventos, pagamento de hora aula aos instrutores, orientadores e colaboradores eventuais do DPRF, pagamento de passagens e diárias quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, aquisição de material específico para treinamento e outras despesas correlatas à formação e capacitação do policial. Realização de treinamentos, cursos de capacitação, de requalificação e de qualificação profissional das atividades específicas para atuação do policial rodoviário federal, com implementação de novas alternativas tecnológicas e gerenciais que desenvolvam a eficiência e eficácia dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal à sociedade. Aplicação do Decreto nº 2794/98. Decreto nº 1655/95, Lei nº 9654/98 e PNSP (Lei 10201/2001). Implementação e execução do ensino à distância, com os insumos necessários a possibilitar a realização de cursos de formação e capacitação, possibilitando desta forma a massificação do conhecimento em disciplinas de conteúdo teórico.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Coordenação de Ensino/DPRF
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Ricardo de Oliveira Betat
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal

### 2.3.1.1.1. Resultados da ação

Serão apresentados juntamente com os resultados da ação 4572.

### 2.3.1.2. Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

<b>Tipo</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
<b>Descrição</b>	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como, custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Coordenação de Ensino
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Ricardo de Oliveira Betat
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal

#### 2.3.1.2.1. Resultados da gestão de treinamento e desenvolvimento de recursos humanos

A capacitação foi destaque e de relevante importância na aquisição e difusão de conhecimentos nas mais diversificadas formas de atuação institucional, resultando em eficiência e eficácia operacional, além da valorização dos servidores como fonte propulsora motivacional.

A Coordenação de Ensino, unidade da estrutura regimental da Coordenação Geral de Recursos Humanos, elaborou o planejamento macro institucional e foi a responsável pelas decisões acerca da implementação do planejamento concebido pela unidade, visando ao

treinamento e desenvolvimento de servidores, descentralizando recursos orçamentários necessários para custeio de despesas com diárias, passagens aéreas e aquisição de materiais.

Os recursos aplicados na Superintendência para as ações totalizaram R\$ 64.417,83, sendo que R\$ 33.055,15 corresponderam às despesas com diárias. Participaram das ações 177 servidores, que representam 66,5% do total efetivado na unidade.

### EVENTOS REALIZADOS

1º SEMESTRE				
Cursos/Palestras/Encontros/ Conferências/Seminários	Área Meio	Área Fim	Total Capac.	Recursos – R\$
Curso de Redação Oficial – 8h	12	28	40	1.385,76
Curso Anti-Explosivos – 40h	-	01	01	0,00
Implantação do Projeto UNACI II e III	-	01	01	2.202,14
Curso de Legislação de Trânsito	-	01	01	0,00
Violência: Uma epidemia silenciosa	-	03	03	0,00
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>34</b>	<b>46</b>	<b>3587,9</b>

2º SEMESTRE				
Cursos/Palestras/Encontros/ Conferências/Seminários	Área Meio	Área Fim	Total Capac.	Recursos – R\$
Montagem e Manutenção de Recarga	-	01	01	2.537,32
Implantação do Projeto UNACI II e III	-	01	01	2.457,74
Curso de Recarga de Munição	-	01	01	561,30
Curso de Pregão Eletrônico	02	-	02	2.400,00
Curso de Técnicas de Policiamento de Combate ao Crime	-	06	06	5.498,48
Curso de Policiamento de Motocicleta	-	01	01	3.237,48
Curso de Implantação de TCO	-	01	01	1.724,12
Curso Atualização Instrutor Policial – Módulo II	-	03	03	8.234,36
Curso de Atualização de Instrutor Policial – Módulo III	-	02	02	2.770,34
Curso de Motociclismo e Batedor	-	11	11	6.030,95
Implantação do Projeto UNACI II e III	-	1	1	2.337,13
Curso de Armamento e Tiro – Módulo II	-	32	32	5.112,15
Curso de Policiamento e Fiscalização – Módulo III	-	57	57	1.998,96
“Violência e Promoção Cultura da Paz”	-	01	01	1.496,71
V ENARH – Encontro Nacional de Recursos Humanos	-	03	03	6.065,85
I Seminário Nacional de Gestão de Informações Operacionais	-	02	02	4.773,24
Atualização Pedagógica de Instrutor do DPRF	-	03	03	3.181,70
Comissão de Direitos Humanos – DPRF	-	03	03	0,00
<b>Total</b>	<b>02</b>	<b>129</b>	<b>131</b>	<b>60417,83</b>

### 2.3.1.3. Ação 2C78 – Acompanhamento Psicossocial dos Servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

<b>Tipo</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	Propiciar acompanhamento psicossocial aos policiais e aos servidores administrativos da Polícia Rodoviária Federal que demandem um atendimento especializado em decorrência da natureza de suas atividades profissionais, visando à superação de situações críticas.
<b>Descrição</b>	Desenvolvimento e manutenção de ações na área de psiquiatria, psicologia e serviço social; promoção preventiva da saúde dos policiais e servidores administrativos, bem como, aquisição de material permanente e estabelecimento de parcerias correlacionadas à finalidade da ação.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Divisão de Saúde e Assistência Social
<b>Coordenador nacional</b>	Lejandre Monteiro
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	Seção de Recursos Humanos

#### 2.3.1.3.1. Resultados da ação

O acompanhamento psicológico não foi contemplado no exercício devido à Unidade não dispor de profissional habilitado para essa finalidade, entretanto, a assistência social foi realizada pela servidora Eliza Maria de Sousa Costa, Assistente Social, que atendeu os servidores ativos e aposentados, familiares e pensionistas vinculados à Superintendência nas demandas pontuais e específicas do Serviço Social, prestando esclarecimentos e orientações, fazendo encaminhamentos e atuando nas situações abaixo descritas:

Intermediação de situações problemas relacionadas aos Planos de Saúde copatrocinados pelo DPRF; visitas institucionais e hospitalares; acompanhamento dos trabalhos de Perícias Médicas e da Junta Médica Nacional do DPRF na Unidade; atuação no planejamento estratégico da rede de qualidade do DPRF; gestão de convênios e contratos celebrados pelo DPRF para a assistência dos servidores.

Em relação aos convênios para a assistência à saúde através das empresas GEAP, MEDIAL e Odontoclínicas foram traçados os seguintes objetivos:

Esclarecer servidores, familiares e pensionistas sobre os planos de saúde copatrocinados pelo DPRF; autorizar inclusões e exclusões; realizar visitas e contatos institucionais

e hospitalares; orientar servidores, familiares e pensionistas; realizar visitas domiciliares; participar das reuniões do conselho GEAP; cadastrar no sistema de saúde do DPRF todos os beneficiários de planos de saúde vinculados à Superintendência; indicar prestadores de serviços para os Planos de Saúde, por solicitação dos beneficiários.

Foi estabelecido contato permanente entre a Assistente Social, servidores e pensionistas, no sentido de prestar informações gerais e específicas para escolha consciente de adesão a quaisquer dos planos de saúde disponibilizados pelo DPRF. Realizou-se a intermediação na busca de soluções para situações problemas, como, autorizações de procedimentos, inclusão e exclusão de servidores, pendências financeiras e informações sobre rede credenciada.

A orientação a servidores e a familiares internados foi uma atuação constante, assim como, visitas domiciliares, contatos telefônicos e por correio eletrônico para orientações gerais sobre saúde e situação funcional dos servidores. A participação nas reuniões do conselho da GEAP possibilitou o intercâmbio de informações inerentes, questionamentos, sugestões e reclamações para melhoria do atendimento e da rede credenciada. O cadastro no Sistema de Saúde do DPRF foi realizado com restrições e lentidão, devido a problemas operacionais de controle no início do convênio, o que dificultou a identificação dos beneficiários e as inclusões. Foi realizado com primazia o acompanhamento e o desenvolvimento de atividades dos planos de saúde na Unidade.

O Serviço Social atuou na realização de juntas médicas provenientes do DPRF, pois a falta de efetivação de convênio local provocou grande acúmulo de atestados para perícias simples, sendo que a organização e a logística viabilizada atendeu satisfatoriamente à demanda.

### 2.3.1.4. Ação 2816 – Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal

<b>Tipo</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	Atuar, por meio de trabalhos de inteligência, na prevenção e combate a crimes ocorridos nas rodovias e estradas federais, especialmente no que se refere a assaltos a veículos, ônibus de passageiros e caminhões de carga, bem como, encaminhar à Justiça pessoas foragidas, procuradas ou autuadas na prática de delitos.
<b>Descrição</b>	Coleta de informações, em toda a malha rodoviária federal, por policiais da Coordenação de Inteligência e Núcleos de Inteligência das Regionais, visando ao levantamento de dados que subsidiem o planejamento de ações de caráter ostensivo em pontos críticos ou operações emergenciais de combate ao roubo de cargas, a assaltos, ao tráfico de drogas, à prostituição infantil, ao trabalho escravo, dentre outros.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Coordenação de Inteligência
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Josemar Monteiro de Barros
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	Núcleo de Inteligência

#### 2.3.1.4.1. Resultados da ação

A gestão de inteligência cumpriu o objetivo de subsidiar decisões estratégicas para o desenvolvimento de ações visando à prevenção e repressão aos crimes, elaborando relatórios circunstanciados a partir dos conhecimentos produzidos em missões específicas.

No exercício, o Núcleo de Inteligência atuou na recuperação de veículos clonados, levantamento de locais vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes, movimentos sociais e condições de rodovias, recuperação de valores provenientes do assalto ao Banco do Brasil no município de Buriti de Inácia Vaz, combate ao comércio ilegal de combustíveis na BR 135 e ao roubo de cargas e desmanche de veículos no município de Buriticupu. Foram descentralizados recursos no valor de R\$ 6.257,50.

### 2.3.1.5. Ação 4290 – Atividades de Saúde nas Rodovias Federais

<b>Tipo</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	Prestar atendimento pré-hospitalar e de resgate emergencial às vítimas de acidentes, bem como, demais atividades de saúde no âmbito das rodovias.
<b>Descrição</b>	Composição e manutenção de 156 equipes, distribuídas em 120 equipes de suporte básico de vida e 36 equipes de suporte avançado de vida, destinados a atendimento pré-hospitalar e de resgate, transporte inter-hospitalar, apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos, comandos de saúde nas rodovias, apoio de saúde às unidades e operações do DPRF, investigação relativa ao uso de álcool e outras drogas psicoativas por parte dos condutores dos veículos. Aquisição de material permanente e de consumo correlacionados às finalidades supracitadas.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	DISAS/CGRH
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Getúlio Câmara
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	Seção de Recursos Humanos

#### 2.3.1.5.1. Resultados da ação

No exercício foi operacionalizado o convênio com a Prefeitura do município de Imperatriz para o atendimento a vítimas de acidentes nas rodovias e demandas advindas da população, com a utilização de uma viatura ambulância de suporte básico pertencente ao acervo patrimonial da Superintendência, estando também envolvido o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU.

As ações que alcançaram grande destaque foram as direcionadas aos motoristas profissionais das rodovias e estradas federais, denominadas Comandos de Saúde, visando à prevenção de acidentes através da verificação dos parâmetros básicos de saúde para identificar possibilidades de interferências negativas na condução veicular segura.

Foram realizados nove eventos, que contaram com a parceria do SEST/SENAT, Secretarias Estadual e Municipais de Saúde, Polícia Federal, entidades não governamentais e



empresas privadas, sendo examinados 774 motoristas, representando 112% a mais que os realizados no ano anterior. Os diagnósticos demonstraram o alto grau de risco para a segurança no trânsito, revelando que o trabalho concebido pela Instituição apresenta um elevado valor para a sociedade brasileira que utiliza as rodovias federais, à proporção que alerta os motoristas para problemas que podem resultar em grandes tragédias. Para exemplificar, foi verificado que 33,54% dos atendidos cumprem jornada diária de trabalho excessiva, o que pode levá-los ao cansaço, à perda de reflexos e à sonolência. Em torno de 59,20% estavam acima do peso; 43,49% apresentaram pressão arterial acima dos parâmetros normais; 42,13% declararam vício de alcoolismo; 24,55% foram diagnosticados com acuidade visual deficiente; 33% com taxa de colesterol acima da normal e 47,60% apresentaram hiperglicemia. Foram colocados à disposição dos profissionais palestras com informações sobre doenças sexualmente transmissíveis, nutrição e segurança no trânsito, além de vacinação e corte de cabelo.

Os resultados exigem a continuidade das ações pelo inestimável alcance social e benefícios ao trânsito. Ressalta-se que para o desenvolvimento das ações não foram transferidos recursos para custeio de despesas.

#### 2.3.1.6. Ação 4641 – Publicidade e Utilidade Pública

<b>Tipo</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	Informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida.
<b>Descrição</b>	Coordenação, supervisão e classificação das informações de interesse do governo a serem veiculadas, bem como, a contratação para realização de pesquisas de opinião, campanhas e ações publicitárias das ações governamentais, voltadas para a publicidade de utilidade pública.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Assessoria de Comunicação Social
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Afrânio Andrade
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	Núcleo de Comunicação Social

### **2.3.1.6.1. Resultados da ação**

As atividades foram desenvolvidas mediante a participação institucional em programas de radiodifusão, televisivos e em matérias jornalísticas escritas para informar e orientar o público quanto às normas de trânsito e os procedimentos que devem ser obedecidos e adotados para uma direção veicular segura, sendo enfocada a direção defensiva como principal fator de segurança.

As estatísticas de trânsito revelam que a grande maioria dos acidentes tem como fator determinante a falha humana, motivo pelo qual as intervenções na mídia estiveram focadas nos condutores de veículos e nas orientações para evitar acidentes.

Não foi possível contratar campanhas publicitárias e pesquisas de opiniões, haja vista a indisponibilidade de recursos orçamentários, ficando a cargo da coordenação nacional da ação, entretanto, a Instituição foi visível à altura de sua importância.

**2.3.1.7. Ação 86A1 – Processamento, Remuneração dos Departamentos Estaduais de Trânsito e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal**

<b>Tipo</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	Prover a estrutura administrativa do DPRF/MJ dos mecanismos necessários à autuação, processamento, notificações e arrecadação de multas aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal em decorrência das infrações à legislação de trânsito e transporte.
<b>Descrição</b>	A ação é desenvolvida no sentido de fornecer o apoio administrativo e operacional, desde a autuação às infrações de trânsito e transporte, envolvendo a confecção de autos de infração e demais formulários necessários aos procedimentos administrativos, até o recolhimento das multas aplicadas, tais como: locação de mão-de-obra, máquinas e equipamentos, contratação de empresas de processamento de dados e ou desenvolvimento de sistemas, envio de notificações e correspondências, apoio administrativo e financeiro as Comissões de Análise de Defesa da Autuação - CADA e Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI, pagamento de JETON às JARI's e outras decorrentes de convênios, como DETRANs. Pagamento de despesas decorrentes de convênios, acordos e contratos.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	DMP
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Jerry Adriane Dias Rodrigues
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	Núcleo de Multas e Penalidades

**2.3.1.7.1. Resultados da ação**

Durante o exercício foram processadas 38.565 multas de trânsito e de transporte que resultaram na arrecadação de R\$ 1.826.796,74.

A remuneração do Departamento Estadual de Trânsito está vinculada ao convênio com o Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN, através do sistema de Registro

Nacional de Infrações de Trânsito – RENAINF, estando a gestão sob a responsabilidade do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

Não houve transferências de recursos orçamentários para apoio administrativo direcionados à Comissão Administrativa de Defesa Prévia – CADA e para pagamento dos componentes da Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI.

### 2.3.1.8. Ação 2720 – Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública

<b>Tipo</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.
<b>Descrição</b>	Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como, as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	COINT
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Josemar Monteiro de Barros
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	Núcleo de Inteligência

#### 2.3.1.8.1. Resultados da ação

A ação não foi implementada em ambiente regional, pois depende de decreto presidencial para regulamentação.

### 2.3.1.9. Ação 2B11 – Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal

<b>Tipo</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	Garantir segurança aos usuários das rodovias federais, através da eliminação de pontos críticos por meio do monitoramento e fiscalização eletrônica de pontos estratégicos, exercendo o controle efetivo de velocidade, de forma a prevenir e reduzir gradativamente o número de acidentes, além de exercer o controle sobre o fluxo de trânsito e criminalidade através da produção de dados e gerenciamento de informações.
<b>Descrição</b>	Planejamento e execução dos projetos, tendo como base os pontos de maior índice de acidentes. Instalação de equipamentos de acordo com a Lei nº 9.503/97. Contagens volumétricas de trânsito, envolvendo os equipamentos e os instrumentos para levantamento de dados relativos ao volume de tráfego nas rodovias federais. Controle de trânsito de veículos pesados, mediante a utilização de balanças rodoviárias para a melhoria da segurança no trânsito e aumento do tempo de vida útil da via pavimentada. Implantação de projetos e instalação de equipamentos de monitoramento de veículos em rodovias federais. Controle das rodovias mediante o monitoramento eletrônico das rodovias.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Divisão de Modernização e Tecnologia
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Luciano da Silva Fernandes
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	Núcleo de Telecomunicações e Informática

#### 2.3.1.9.1. Resultados da ação

Os pontos críticos de ocorrência de acidentes foram levantados pelo Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária através dos sistemas DATATRAN e BR BRASIL para subsidiar o planejamento de ações visando ao controle da velocidade de acordo com a regulamentação do Código de Trânsito Brasileiro e do órgão executivo rodoviário da União, resultando na captação de 7.603 imagens de veículos trafegando em velocidades acima das permitidas que se transformaram em notificações por infrações de trânsito.

### 2.3.1.10. Ação 4526 – Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais

<b>Tipo</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	Fortalecer o combate ao crime organizado e à criminalidade em geral.
<b>Descrição</b>	Realização de operações policiais e especiais para combater crimes como tráfico de drogas e de armas, roubo de cargas, valores e ao transporte de passageiros, contrabando, descaminho e pirataria, crimes contra a vida, exploração sexual infanto-juvenil, trabalho escravo, tráfico de seres e órgãos, crimes ambientais, segurança de autoridades, dentre outros, por meio de ações de rotina e operações policiais especialmente desenvolvidas para este fim. Realização de operações policiais e especiais sistemáticas; execução de ações preventivas e especiais de combate à atuação de criminosos nas rodovias federais realizadas isoladamente ou integradas com outros órgãos, como Polícia Federal, Polícias judiciárias, Ministério Público, IBAMA, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Forças Armadas, dentre outros. Prestação de apoio a outros órgãos em ações que extrapolam os limites das rodovias federais.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	DCC/CGO
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Geovanni Bosco Farias Di Mambro
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	Núcleo de Operações Especiais

#### 2.3.1.10.1. Resultados da ação

Serão apresentados no subitem 2.3.1.12.1, que trata dos resultados da gestão das ações finalísticas.

### 2.3.1.11. Ação 8692 – Educação de Trânsito para Usuários das Rodovias Federais

<b>Tipo</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	Aumentar a conscientização, a reeducação e a mudança cultural do cidadão relativas ao tema trânsito como forma de exercício de cidadania, inclusive desenvolvendo no cidadão um comportamento pró-ativo a fim de diminuir o índice de acidentes e mortes nas rodovias federais
<b>Descrição</b>	Realização de palestras, seminários e outras atividades relacionadas à educação de trânsito, com enfoque no trânsito em rodovias. Pagamento de diárias e passagens e aquisição de material didático.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Coordenação de Ensino
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Maria Isabel Nogueira de Faria
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal

#### 2.3.1.11.1. Resultados da ação

A ação foi desenvolvida no sentido de disseminar a consciência para os riscos no trânsito e orientar os usuários das rodovias quanto à forma segura de se conduzir no trânsito. Ao longo do ano foram realizadas várias palestras que alcançaram condutores de veículos e pedestres. Foram aplicados recursos no valor de R\$ 2.895,07 relativos a despesas com diárias. No ano a Instituição transmitiu as orientações para 2.938 pessoas, integrantes de empresas, estabelecimentos de ensino e órgãos públicos, conforme discriminado em quadro abaixo:

## RELATÓRIO DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO

Ação	Tópico	Palestrante	Local	Público Alvo	
				Características	Quantitativo
Palestra	Causas de acidentes de trânsito	Ronaldo	CEMAR Imperatriz	Funcionários e prestadores de serviços	90
Palestra	CTB	Ronaldo	Ceará Frangos Açailândia	Funcionários	50
Palestra	Direção defensiva	Murilo	CEAGRO Balsas	Funcionários	25
Palestra	Direção defensiva	Murilo	Grupo Mateus Balsas	Motoristas funcionários da empresa	50
Palestra	Direção e Álcool	Inspetor Henriques	Escola Zebina Eugenia São Luís	Alunos da 4ª Série do Ensino Fundamental	40
Palestra	Criança no Trânsito Semana Nacional do Trânsito	PRF Murilo	Hotel Imperial Balsas	Funcionários da empresa	30
Palestra	Melhoria da Segurança Viária nas rodovias	PRF Murilo	Fazenda Agro Serra Balsas	Funcionários de empresa	2.000
Palestra	Direção e Álcool	Inspetor Henriques	UEB Camélia Viveiros São Luis	Alunos de 5ª a 8ª do Ensino Fundamental	53
Ação Educativa	Criança no Trânsito Semana do Trânsito	PRFs Marcos Paulo e Mervaldo	BR 135 São Luís	Condutores e passageiros	100
Palestra	Direção Defensiva	PRFs Marcos e Mervaldo	GB Engenharia – São Luís	Motoristas Profissionais e funcionários	80
Palestra	Direção e Álcool	Ronaldo	Pindaré Açailândia	Funcionários de empresa	40



Ação	Tópico	Palestrante	Local	Público Alvo	
				Características	Quantitativo
Palestra	Direção e Álcool	PRFs Marcos e Mervaldo	Moinhos Cruzeiros do Sul São Luís	Motoristas Profissionais e funcionários	46
Palestra	Uso do Etilômetro Orientações sobre a Lei Seca	Wolfran e Galdino	Centro de Convenções Imperatriz	Policiais Militares	60
Palestra	O Trânsito e a motocicleta	Ronaldo	AMBEV São Luís	Chefes de Transporte	03
Palestra	Direção e Álcool	PRFs Marcos e Mervaldo	Petrobrás Distribuidora São Luís	Motoristas Profissionais e funcionários	36
Feira de Conhecimento	Direção e Álcool	PRFs Marcos e Mervaldo	Colégio Batista “Daniel de La touche” São Luís	Alunos do Ensino Médio	100
Treinamento	Uso do Etilômetro orientações sobre a Lei Seca	Inspetor Henriques e PRF Marcos Paulo	DETRAN São Luís	Agentes de trânsito e Policiais Militares	110
Palestra	Direção e Álcool	Ronaldo	Eletronorte São Luís	Funcionários de empresa	25
<b>TOTAL</b>					<b>2.938</b>

### 2.3.1.12. Ação 2723 – Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais

Tipo	Atividade
<b>Finalidade</b>	Promover a segurança do trânsito (preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio) nas rodovias e estradas federais, bem como, contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.
<b>Descrição</b>	<p>Execução de policiamento ostensivo preventivo diuturnamente, fiscalizando e controlando o trânsito; realizar Operações e Comandos Específicos de fiscalização do transporte de pessoas e bens (cargas); Intensificar o policiamento por ocasião das festas e feriados nacionais e regionais (aumento do fluxo de veículos e pessoas); prevenir e atender as ocorrências de acidentes de trânsito; combater as infrações e crimes de trânsito; executar escoltas, bem como, credenciar as empresas especializadas para tal fim; controlar o trânsito em situações excepcionais (queda de barreira, alagamentos, bloqueios, entre outros); credenciar as empresas especializadas para realização da Inspeção Técnica Veicular. Pagamento de diárias e passagens. Aquisição de formulários operacionais para as atividades acima. Adquirir e manter armas e sua munição correspondente, equipamentos e materiais para a fiscalização e controle de trânsito. Adquirir e manter equipamentos e materiais para atividade de cinotecnia. Aquisição e manutenção de etilômetros.</p> <p>Aquisição de uniforme, coldre, algemas, lanterna, capacetes, capa de chuva, luvas, coletes balísticos, coletes reflexivos, e demais equipamentos necessários à atividade. Abastecimento dos veículos e aeronaves com combustíveis e lubrificantes; manutenção e substituição de peças e componentes que comprometam a utilização dos equipamentos; bem como, com o provimento das demais medidas pertinentes à circulação dos veículos e aeronaves, tais como, registro, licenciamento, manuais, taxas, seguro e outras exigências previstas em legislação; outros serviços e fornecimento de materiais específicos (pintura, placas de sinalização, taxa pela prestação de serviços, outros).</p>
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Coordenação Geral de Operações
<b>Coordenador nacional</b>	Coraci Ricardo Fernandes Vieira
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	Seção de Policiamento e Fiscalização

### 2.3.1.12.1. Resultados da gestão das ações finalísticas

#### 2.3.1.12.1.1. Relacionados à fiscalização de trânsito e ao atendimento

Ocorrências	Total
Veículos fiscalizados	228.320
Notificações por infrações de trânsito	38.375
Notificações de velocidade com radar fotográfico	7.063
Veículos retidos ou recolhidos para regularização	2.544
Documentos retidos	1.047
CNH recolhidas	574
Auxílios aos usuários	507
Escolta / batedor	117
Animais recolhidos	685
Pessoas vítimas de acidentes socorridas	16

#### 2.3.1.12.1.2. Relacionados ao combate à criminalidade

- **Apreensões relacionadas ao meio ambiente**

Produtos	Unidade	Quantidade
Animais silvestres	Un	78
Carvão vegetal	m3	1.830
Madeira	m3	5.052
Pescados	Kg	5.150
Outros	Un	7.416
<b>Total</b>	<b>Un</b>	<b>137</b>

- **Apreensões de drogas**

<b>Drogas</b>	<b>Unidade</b>	<b>Quantidade</b>
Cocaína	Kg	00
Maconha	Kg	113,18
Destruição de pés de maconha	Un	00
Merla	g	00
Haxixe	Un	00
Lança perfume	Un	00
Outras	Un	16
Diversas	g	00
<b>Total</b>	<b>Un</b>	<b>15</b>

- **Apreensões de armas e munições**

<b>Tipos de armas e munições</b>	<b>Total</b>
Revólver	29
Pistola	7
Espingarda	20
Fabricação caseira	4
Total de armas de fogo	60
Total de ocorrências	61
Munição calibre 22/32	680
Munição calibre 38	410
Munição calibre 380	112
Outras munições	310
Total de munições	1.512
<b>Total</b>	<b>48</b>

- **Apreensões de contrabando**

<b>Mercadorias</b>	<b>Unidade</b>	<b>Quantidade</b>
CD/VHS/DVD	Un	105.737
Cigarro	Pacotes	572
Equipamentos de informática	Un	00
Equipamentos eletrônicos	Un	1.335
Medicamentos	Un	11.601
Outras	Un	1.423
Diversas	g	00
<b>Total</b>	<b>Un</b>	<b>374</b>

- **Atuações em defesa de crianças e adolescentes**

Ocorrências	Total
Crianças e adolescentes vítimas de crimes	8
Total de ocorrências	3
Pessoas detidas por crimes contra menores	1
Adolescente apreendido	4
Total de ocorrências de infração de menores	2
Pessoas envolvidas	5
Pessoas detidas	5

- **Outros crimes combatidos**

Ocorrências	Total
Falsificação de documentos	43
Saque à carga	2
Trabalhador libertado	00
Veículos recuperados	50
Crimes diversos	512
Crimes de trânsito	100
<b>Total de ocorrências</b>	<b>321</b>

- **Detenção de pessoas**

Crimes praticados	Total
Assaltos a cargas	2
Assaltos a ônibus	4
Estrangeiros sem visto	0
Mandados de prisão	57
Roubo e furto de veículos	37
Tráfico de entorpecentes	17
Contrabando e descaminho	53
Trânsito	127
Ambientais	107
Outros	319
<b>Total</b>	<b>723</b>

### 2.3.1.12.1.3. Resultados adversos

- **Relacionados a crimes diversos**

<b>Crimes praticados</b>	<b>Total</b>
Assaltos a veículos de cargas	17
Assaltos a ônibus	29
Assaltos a táxi	1
Assaltos a veículos particulares	3
Crimes contra a vida e o patrimônio	17

- **Relacionados a acidentes de trânsito**

<b>Ocorrências</b>	<b>Total</b>
Acidentes sem vítimas	1.296
Acidentes com feridos	768
Acidentes com mortes	191
Total de acidentes	2.255
Feridos	1.594
Mortes	242
Total de vítimas	1.736

No ano de 2008 a Instituição realizou trabalhos em diversas frentes de atuação, repercutindo na garantia da segurança nas rodovias federais, através de ações educativas, preventivas e repressivas, buscando reduzir o número de acidentes e combater os mais diversos tipos de crimes e preservar o meio ambiente.

A Instituição, por meio do policiamento ostensivo de ronda nos trechos de maior densidade de tráfego e de maior incidência de crimes, desenvolveu ações de fiscalização para combater a imprudência como principal causa de acidentes e mortes, visto que a maioria das ocorrências acontecem em pistas com boas condições de trafego.

Apesar de a fiscalização ter sido intensificada, não houve redução do número de acidentes em 2008, entretanto, os eventos aconteceram em índice abaixo do aumento da frota nacional e estadual de veículos. Por outro lado, houve diminuição do número de feridos e mortes, aduzindo que a Instituição adotou uma estratégia acertada.

O combate ao trabalho análogo ao escravo teve a Instituição como aliada. Ações de repressão a essa prática, em apoio ao Ministério do Trabalho e Ministério Público do Trabalho, permitiram que muitos trabalhadores fossem retirados dessa condição desumana, semelhante à escravidão.

### 2.3.1.13. Ação 8703 – Atividade Correcional

<b>Tipo</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	Atuar de modo a contribuir com o aprimoramento constante dos serviços prestados à sociedade pelos servidores do DPRF e assegurar o cumprimento das leis e normas que disciplinam a conduta desses servidores, por meio de um conjunto de ações correicionais preventivas, investigatórias e apuratórias.
<b>Descrição</b>	Apuração de denúncias, visitas preventivas, palestras. Pagamento de diárias e passagens para corregedores.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Corregedoria Geral
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Cidenor Guerra
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	Corregedoria Regional

#### 2.3.1.13.1. Resultados da ação

O desenvolvimento da ação esteve voltado para o estabelecimento comportamental compatível com os padrões éticos, profissionais e disciplinares, imprescindíveis ao desempenho eficiente das atribuições funcionais, ao mesmo tempo em que contribuíram para a boa imagem institucional e para o alcance dos objetivos. A prevenção esteve no foco da ação, representada pela realização de 64 visitas a postos, 15 a equipes de ronda e 02 a comandos operacionais, resultando em 131 servidores auditados. Foi introduzida a Corregedoria Participativa pela unidade central de correção como forma de trazer ao servidor reflexão sobre

seu comportamento funcional e oportunidade para emitir opiniões acerca da realização de ações de corregedoria.

Quanto ao aspecto processual foram recebidas 56 denúncias e instaurados 20 procedimentos disciplinares, dentre os quais, dois como resultados de seis prisões efetuadas em operações da Corregedoria Geral. Destaca-se a capacitação de 21 servidores para atuação processual disciplinar. No exercício foram descentralizados recursos orçamentários no valor de R\$ 64.712,43 para custeio de despesas com diárias.

### 2.3.2. Programa 1386 - Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal

<b>Tipo de programa</b>	Finalístico
<b>Objetivo geral</b>	Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura física e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas destinadas à segurança pública
<b>Gerente de programa</b>	Hélio Cardoso Derenne
<b>Gerente Executivo</b>	Ricardo Max de Oliveira Pereira –CGPLAM
<b>Indicadores ou parâmetros</b>	Coefficiente de Adequação das Instalações Físicas
<b>Público Alvo</b>	Departamento de Polícia Rodoviária Federal e usuários de Rodovias Federais

O programa foi concebido para dotar a Instituição dos meios necessários à execução eficiente de suas atividades finalísticas, através da adequação das instalações físicas das unidades operacionais, aquisição de logística material, desenvolvimento de tecnologias relacionadas a sistemas de informações para o monitoramento e fiscalização do trânsito na malha rodoviária federal.



### 2.3.2.1. Ação ID49 – Construção do Edifício-Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

<b>Tipo</b>	<b>Projeto</b>
<b>Finalidade</b>	Aquisição de um imóvel para instalação da Sede Central do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
<b>Descrição</b>	Aquisição de um imóvel na cidade de Brasília-DF, com características que atendam às necessidades administrativas do DPRF, com área útil de aproximadamente 10 (dez) mil metros quadrados gerando condições de trabalho favoráveis aos recursos humanos da Unidade Central, através de instalações adequadas para o desenvolvimento de suas atividades e atendimento a sociedade.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Givaldo Medeiros da Silva
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	Não há. Ação Centralizada

#### 2.3.2.1.1. Resultados da ação

Ação não implementada em ambiente regional, pois se trata da construção da sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal em Brasília-DF.

### 2.3.2.2. Ação 200G - Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

<b>Tipo</b>	<b>Projeto</b>
<b>Finalidade</b>	Prover a estrutura organizacional do DPRF de instalações físicas e edificações aptas ao desenvolvimento de suas atividades laborativas. Atender às novas demandas da sociedade em Segurança Pública nas Rodovias, Estradas Federais e suas áreas marginais, gerando condições físicas favoráveis à melhor aplicabilidade e representatividade do Estado em todas as Regiões Brasileiras, sob um foco estratégico.
<b>Descrição</b>	Construção e ampliação de edificações que resultam diretamente no desenvolvimento das atividades da Instituição, com instalações modernas, seguras, representativas, funcionais que permitam a total integração entre todos os órgãos de Segurança Pública do Governo, com o objetivo principal de representar e exercer, efetivamente, o Poder de Polícia nas diversas áreas do país.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Rommel Brandão
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	Núcleo de Serviços Gerais

#### 2.3.2.2.1. Resultados da ação

Ação não implementada em ambiente regional.

### 2.3.2.3. Ação 8623 - Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

<b>Tipo</b>	<b>Projeto</b>
<b>Finalidade</b>	Adequar as instalações físicas e edificações do DPRF aos conceitos e normatizações atualizados em segurança ergonômica e inclusão social, franqueando suas instalações ao acesso de deficientes físicos e portadores de deficiência motora.
<b>Descrição</b>	Adequação das estruturas físicas das Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal. Reformas dos espaços físicos existentes, adequando às necessidades do órgão, no que tange ao desenvolvimento de sua atividade finalística e meio, considerando as condições de infra-estrutura dos imóveis repassados pelo antigo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, as novas demandas na área de Segurança Pública e a Instrução Normativa nº 10/DG/DPRF/MJ.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Rommel Brandão
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	Núcleo de Serviços Gerais

#### 2.3.2.3.1. Resultados da ação

A diretriz do Departamento de Polícia Rodoviária Federal nos últimos anos tem sido priorizar investimentos na infra-estrutura dos postos, como forma de melhorar a qualidade dos serviços prestados ao cidadão.

Em 2008 foi realizada a primeira reunião de trabalho com a presença de um representante de cada Unidade Regional, denominado Agente de Infra-Estrutura, que ficaria responsável em auxiliar a Administração Central na gestão das ações em infra-estrutura. Nessa reunião as Unidades Regionais foram orientadas a realizarem a contratação dos projetos de reforma e ampliação dos postos e foi definido que seriam autorizadas intervenções urgentes naquelas que não pudessem aguardar a finalização dos projetos executivos.

Seguindo essa diretriz foi definida a seguinte programação:

1. Contratação de projetos executivos para reforma, ampliação e adequação de todos os postos da Superintendência.

2. Contratação de pequenas obras nas sedes da Superintendência e das delegacias em Santa Inês e Caxias; reformas nos postos em São Luís, Itapecuru-Mirim, Peritoró, Porto Franco e Barão de Grajaú.

No quadro abaixo estão demonstrados os serviços contratados e os respectivos valores.

<b>DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS</b>	<b>VALOR – R\$</b>
Projeto dos Postos	81.490,98
Reformas: sedes da Superintendência e delegacias, postos	160.432,46
<b>TOTAL</b>	<b>241.923,44</b>

#### 2.3.2.4. Ação 1835 – Implantação dos Sistemas de Tecnologia da Informação

<b>Tipo</b>	<b>Projeto</b>
<b>Finalidade</b>	Prover o órgão com sistemas de comunicação adequados à atividade fim. Proporcionar à sociedade acesso aos serviços e informações sobre rodovias, multas, processos e outros através da internet, correio eletrônico e outros meios tecnológicos disponíveis, agilizando e facilitando a comunicação com a Polícia Rodoviária Federal.
<b>Descrição</b>	Aquisição e instalação de torres de comunicação e repetidoras (estações de reprodução dos sinais de rádio), ampliar e manter a rede de dados e de telefonia operacionais. Aquisição e implantação de programas e equipamentos voltados para a segurança da rede de dados e dos sistemas de comunicação.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Divisão de Telecomunicações
<b>Coordenador nacional</b>	Ednilson Bruno
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	Núcleo de Telecomunicações e Informática

### 2.3.2.4.1. Resultados da ação

A Tecnologia da Informação é uma ferramenta primordial na execução das atividades rotineiras de policiamento e fiscalização, pois, através do uso da rede de dados é possível identificar indivíduos com mandatos de prisão em aberto, averiguar dados de veículos suspeitos, além de cadastrar acidentes e multas em tempo real. Para a realização dessas atividades a Instituição mantém uma extensa rede de dados interligando todos os postos, delegacias, sedes da Superintendência e do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

No exercício foram adquiridos diversos equipamentos de informática, tais como, impressoras a laser, nobreak's, computadores, servidores de rede, entre outros, além de aquisição de rádios portáteis e móveis, renovando o parque computacional da Unidade. A renovação possibilitará ao policial consultar em campo, indivíduos e veículos, agilizando a fiscalização, bem como, fazer notificações em meio eletrônico. Através das ações de modernização a Polícia Rodoviária Federal pretende continuar com mais eficiência a sua missão de promover Segurança Pública, tendo como meta reduzir o número de acidentes e mortes nas rodovias federais, contribuindo para o bem estar da sociedade. Foram descentralizados recursos orçamentários no valor de R\$ 46.456,80 para aquisição de equipamentos de informática.

### 2.3.2.5. Ação 200C – Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária

<b>Tipo</b>	<b>Projeto</b>
<b>Finalidade</b>	Adquirir veículos e aeronaves que garantam a logística de transporte necessária ao patrulhamento das rodovias e estradas federais, ao combate ao crime e ao resgate de vítimas.
<b>Descrição</b>	Aquisição de viaturas e aeronaves de resgate, motocicletas tipo policial e demais viaturas especiais que se façam necessárias ao bom funcionamento da Polícia Rodoviária Federal.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Divisão de Patrimônio
<b>Coordenador nacional</b>	Henrique Lima
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	Núcleo de Patrimônio e Material

### 2.3.2.5.1. Resultados da ação

A viatura é o principal instrumento de trabalho da Instituição. O serviço de ronda, executado por meio do patrulhamento ostensivo, é decisivo na prevenção de acidentes e na redução da criminalidade, exigindo dos veículos um funcionamento diuturno. Devido à intensa utilização, estes bens apresentam um desgaste acentuado, resultando em uma vida útil aproximada de quatro anos, consideradas as condições de segurança e viabilidade econômica frente aos custos de manutenção. Neste sentido, a proposta adequada é a substituição de 25% das viaturas a cada ano, para que em quatro anos todas as viaturas estejam como prazo de vida útil respeitado. No exercício, apenas uma viatura foi adquirida, no valor de R\$ 73.500,00.

### 2.3.2.6. Ação 8698 – Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação

<b>Tipo</b>	<b>Projeto</b>
<b>Finalidade</b>	Manter e modernizar os sistemas e equipamentos de telecomunicação e informática, propiciando o efetivo funcionamento, sem interrupções, dos sistemas de Tecnologia da Informação do DPRF a fim de proporcionar à sociedade, o acesso contínuo aos serviços e informações sobre rodovias, multas e
<b>Descrição</b>	Reforma, modernização e manutenção de torres de comunicação e repetidoras. Manutenção da rede de dados e telefonia do órgão. Manutenção dos sistemas. Manutenção dos equipamentos de informática. Suprimentos de Informática. Pagamento de diárias e passagens para a equipe técnica. Contratação sistemas. Manutenção dos equipamentos de informática. Suprimentos de Informática. Pagamento de diárias e passagens para a equipe técnica. Contratação de empresas e consultorias especializadas para analisar as demandas e desenvolver projetos de melhoria dos sistemas. Desenvolvimento de sistemas computacionais para utilização pela sociedade para obter informações sobre processos, condições de rodovias, acidentes, estatísticas, consulta de infrações, comunicação de roubo e furto de veículos, emissão de autorizações, etc.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Divisão de Telecomunicações
<b>Coordenador nacional</b>	Ednilson Bruno
<b>Responsável local</b>	Núcleo de Telecomunicações e Informática

### 2.3.2.6.1. Resultados da ação

A Rede da Polícia Rodoviária Federal é constituída de diversos serviços relevantes para a Segurança Pública, tais como:

**INFOSEG:** Sistema que disponibiliza informações de Justiça e Segurança Pública através de uma rede privativa em âmbito nacional. O sistema é uma ferramenta amplamente utilizada pelos órgãos de Segurança Pública, pois integra nacionalmente as informações de indivíduos com mandados de prisão não cumpridos, processos e inquéritos criminais, dados sobre veículos, condutores, armas registradas ou apreendidas pelas Polícias Cíveis, Federais ou pela Justiça Criminal;

**BR BRASIL:** Ferramenta tecnológica com a finalidade de otimizar as ações de policiamento e fiscalização, bem como, consolida o banco de dados de acidentes;

**ALERTA:** De auxílio no combate ao roubo e furto de veículos;

**SISTEMA DE MULTAS:** Visa garantir a efetiva imposição da penalidade, observando os prazos e rotinas previstas em lei. Todos estes dados são integrados e compartilhados por meio da rede da Polícia Rodoviária Federal, através do sistema *frame relay*, que interliga os computadores dos postos, das sedes das delegacias, da sede da Superintendência e do Departamento de Polícia Rodoviária Federa.

A topologia de rede atualmente utilizada será modificada, pois está em andamento o projeto de migração para tecnologia de rede MPLS. Com essa migração irão desaparecer os *links backups* e ter-se-á a incorporação de pontos de contratos na Unidade. Tal solução trará aumento dos links com redução de custo, bem como, permitirá uma maior integração entre as redes, devido à topologia *full-mesh* que será utilizada para o VOIP (voz sobre IP) e *hub-and-spoke* para dados.

A programação do exercício de 2009 foi realizada em reunião de trabalho em 2008 entre a Coordenação Geral de Planejamento e Modernização e todos os Núcleos de Telemática, onde foram verificadas todas as necessidades para dar continuidade à modernização Institucional.

Para possibilitar a continuidade da comunicação de dados e acesso aos sistemas foi mantido o contrato com a Empresa Brasileira de Telecomunicações no valor anual de R\$ 155.710,27.

### 2.3.3. Programa 0750 – Apoio Administrativo

Responsável em viabilizar meios para a execução das atividades administrativo-burocráticas referentes à aquisição de materiais de consumo e permanentes, contratação e manutenção de serviços, tendo como principais ações a Administração da Unidade, Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e Dependentes, Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados, Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados, Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados, Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.

No exercício foram adquiridos materiais de consumo e permanentes nos valores respectivos de R\$ 147.731,07 e R\$ 292.184,96. Foram mantidos os seguintes contratos:

CONTRATOS	VALOR ANUAL – R\$
GARRAUTO – Manutenção de viaturas	164.844,57
MOTORDIESEL – Manutenção de viaturas	107.623,72
LIMAN – Limpeza e Manutenção	339.732,43
EMBRATEL – Rede de dados	604.923,87
TELEMAR – Telefonia fixa	155.710,27
CLASI – Segurança	482.993,88
ECT – Correios e Telégrafos	3.306,89
VIVO – Telefonia móvel	40.631,35
CAEMA – Fornecimento de água	16.419,05
CEMAR – Fornecimento de energia elétrica	241.317,18

## 2.4. Desempenho operacional

### 2.4.1. Desempenho referente às ações do Programa 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais

Para o Programa 0663 foram definidos como indicadores a Sensação de Segurança, verificada a partir da Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais e da Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais.

A Sensação de Segurança resulta da verificação do percentual de pessoas que se sentem seguras a partir do levantamento de determinada amostra, mediante pesquisa conduzida pela Seção de Policiamento e Fiscalização.



A Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais decorre da análise do número de mortes ocorridas em acidentes de trânsito nas rodovias federais no ano por 10.000 veículos da frota estadual.

No que tange à Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais, faz-se a análise do número de acidentes ocorridos nas estradas federais no ano por 10.000 veículos da frota estadual.

<b>PROGRAMA 0663</b>		
<b>INDICADORES</b>	<b>METAS FÍSICAS</b>	<b>RESULTADOS</b>
Taxa de Mortalidade	1,51 mortes / 10.000 veículos	4,30
Taxa de Acidentes	27 acidentes / 10.000 veículos	40,06
Sensação de Segurança	70 %	66 %

Apesar de a Unidade ter sido a 19<sup>a</sup> em número absolutos de acidentes e a 10<sup>a</sup> em número de mortes, verifica-se que os índices dos indicadores ficaram acima das metas físicas estabelecidas, o que se entende ser inadequada a forma de avaliação de desempenho, pois é obtido a partir da frota licenciada no Estado, não considerando os milhares de veículos que da frota nacional que transitam pelas rodovias que compõem a malha viária federal no Maranhão.

Acrescente-se que o Estado liga o norte do país ao centro-sul e ao nordeste, recebendo um intenso fluxo de veículos nas rodovias de ligação – BR 010 e BR 316 – além de um grande volume de tráfego na BR 135, única ligação da capital insular São Luís ao continente.

Outro aspecto que evidencia o bom desempenho institucional refere-se aos indicadores em 2007 que estiveram acima dos obtidos no presente exercício. No ano pretérito a taxa de mortes foi de 5,7 e a taxa de acidentes foi de 43, ambas por 10.000 veículos, demonstrando eficácia operacional.

Quanto à sensação de segurança a Unidade aproximou-se da meta, podendo-se inferir que a eficácia quanto a esse aspecto foi comprometida pelas várias lacunas de atuação institucional, causadas pela estrutura operacional deficiente e pelo reduzido número de policiais para o atendimento das demandas, que resultaram na falta de policiamento e fiscalização de trânsito em mais de 50% da circunscrição rodoviária.

## 2.4.2. Desempenho referente às ações do Programa 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal

O desempenho das ações do programa é avaliado pelo indicador Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas, que mede a percentagem relativa à estrutura física das unidades, à Tecnologia da Informação e à disponibilidade de viaturas adequadas.

O indicador avalia a eficácia das ações institucionais e são de responsabilidade da Seção Administrativa e Financeira, que mensura o resultado a partir da seguinte fórmula de cálculo:

**Fórmula de Cálculo:  $Iadq = (Unidades Adequadas / Total de Unidades) \times 100$**

**Responsável pelo cálculo: Seção Administrativa e Financeira**

<b>PROGRAMA 1386</b>	
<b>METAS FÍSICAS PARA O PPA 2008</b>	56,67% dos postos, considerados adequados
<b>RESULTADOS OBTIDOS</b>	<b>64,70% dos postos, considerados adequados</b>

<b>COEFICIENTE DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS</b>	
Postos adequados fisicamente	66,00%
Postos adequados quanto à tecnologia da informação	54,00%
Postos adequados quanto a viaturas	74,00%
<b><math>Icaif = (66,00\% + 54,00\% + 74,00\%) / 3 = 64,70\%</math></b>	

Constata-se um desempenho eficaz, considerando que a indisponibilidade orçamentária destacou-se como fator impeditivo para o alcance de um índice mais elevado de adequação física das unidades operacionais, entretanto, as adequações estiveram acima da meta estabelecida para o programa.

Os fatores relativos à adequação dos postos à tecnologia da informação tiveram, também, nas restrições orçamentárias, o principal motivo que dificultaram avanços mais expressivos.

Evidencia-se que as unidades operacionais necessitam de melhor adequação para proporcionar aos servidores condições para o desenvolvimento das atividades laborais e para atender satisfatoriamente ao público em geral, que diariamente necessita de apoio institucional. Os postos precisam ser dotados de instalações privativas para policiais do sexo feminino e para receber portadores de necessidades especiais. Outra demanda refere-se à instalação de locais apropriados para guarda de veículos removidos, para assim a Instituição garantir que os bens sob sua custódia estarão protegidos e voltarão intactos aos seus proprietários.

Essas deficiências serão sanadas a partir da execução dos projetos de reforma, ampliação e adequação das unidades operacionais que foram contratados e estão em fase final de elaboração.

O índice mais expressivo refere-se à adequação quanto a viaturas, devido ao programa de renovação de frota estabelecido pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal que prevê o leilão de veículos oficiais após quatro anos de uso.

#### **2.4.3. Desempenho referente às ações do Programa 0750 – Apoio Administrativo**

O programa não contempla indicadores, entretanto, a execução da despesa, que atingiu o patamar acima de 90% referentes aos recursos descentralizados para a Administração da Unidade, infere que a Superintendência foi eficiente e atingiu as metas a partir do orçamento que lhe foi disponibilizado.

#### 2.4.4. Evolução de gastos gerais

DESCRIÇÃO	ANO		
	2006	2007	2008
1. Passagens	50.394,23	71.539,28	111.953,50
2. Diárias e ressarcimento de despesas em viagens	202.508,74	343.477,82	273.251,29
3. Serviços terceirizados	-	-	-
3.1. Publicidade	0,00	0,00	0,00
3.2. Vigilância, limpeza e conservação	686.608,93	721.251,12	800.046,62
3.2. Tecnologia da informação	0,00	279.585,78	483.946,12
3.4. Outras terceirizações	479.026,15	567.445,52	1.334.776,60
3.5. Suprimento de fundos	18.048,42	13.893,30	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.436.586,40</b>	<b>1.997.192,70</b>	<b>3.003.974,10</b>

### 3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Não se aplica à Unidade.

### 4. RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

RESTOS A PAGAR	2006	2007	2008
		0,00	21.551,07

### 5. DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS NO EXERCÍCIO

Não se aplica à Unidade.

## **6. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA**

Não se aplica à Unidade.

## **7. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS**

Não se aplica à Unidade.

## **8. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA**

Não se aplica à Unidade.

## **9. DECLARAÇÃO SOBRE A REGULARIDADE DOS BENEFÍCIOS DIRETOS DE RENÚNCIA**

Não se aplica à Unidade.

## **10. OPERAÇÕES DE FUNDOS**

Não se aplica à Unidade.

## 11. DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO

### 11.1. Cartão de crédito corporativo – Série histórica das despesas

ANO	FATURA		SAQUE	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
2006	00	0,00	06	18.048,42
2007	09	7.169,72	04	6.723,58
2008	00	0,00	00	0,00

### 11.2. Definições feitas pelo ordenador de despesas

Limite de utilização total da UG:	0,00
Natureza dos gastos permitidos	Não houve
Limites concedidos a cada portador	
Portador	Limite
Não houve	Não houve

## 12. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

### 12.1. Recomendações exaradas pela Controladoria Regional da União no anexo do Relatório nº 208293 relativo ao exercício de 2007

12.1.1. Que a CADA adote rotinas de modo a priorizar a análise de processos cuja exigibilidade esteja na iminência de ocorrer a prescrição e que proceda aos cancelamentos das infrações prescritas e baixe as exigibilidades do sistema de multas da PRF.

12.1.1.1. Unidade responsável pela implementação: Núcleo de Multas e Penalidades e Comissão Administrativa de Defesa de Autuação.

12.1.1.2. Providências adotadas: A Comissão Administrativa de Defesa de Autuação retomou as atividades sob a coordenação do Chefe de Núcleo de Multas e Penalidades a partir de um programa virtual que foi desenvolvido para viabilizar maior celeridade e

produtividade quanto à análise processual, priorizando os processos que estavam na iminência de prescrever.

12.1.2. Que a 18ª SRPRF/MA diligencie junto ao Diretor do DPRF/MJ para que seja providenciada urgentemente nomeação de novos integrantes da JARI, além de se buscar saída legal para remunerar os membros da JARI por cada reunião que ocorra para análise dos processos e assim evite a perda potencial de receita.

12.1.2.1. Unidade responsável pela implementação: Gabinete do Superintendente.

12.1.2.2. Providências adotadas: A Superintendência reiterou solicitação à Divisão de Multas e Penalidades do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, unidade responsável em viabilizar a composição da JARI, mediante o Memorando nº 088/2008-GAB/18, ao mesmo tempo em que solicitou providências para possibilitar a remuneração dos membros. A junta foi nomeada mediante a Portaria nº 59/2008-DG/DPRF/MJ e se encontra instalada, porém, funcionando de forma precária, haja vista a falta de remuneração dos membros.

12.1.3. Que a 18ª Superintendência e suas delegacias jurisdicionadas passem a formalizar as ações de supervisão e monitoramento das atividades de policiamento, ainda que não tenha formulário padronizado, em relatórios circunstanciados ou registros em livros e sistemas adequados, se houver.

12.1.3.1. Unidade responsável pela implantação: Gabinete do Superintendente.

12.1.3.2. Providências adotadas: O processo de monitoramento e supervisão das atividades finalísticas em âmbito regional foi formalizado mediante Portaria nº 69, de 25 de junho de 2008, atribuindo às delegacias e à Seção de Policiamento e Fiscalização a responsabilidade de realizarem a tarefa, respectivamente, em periodicidade semanal e quinzenal. Foi determinado que os resultados sejam apresentados em relatórios circunstanciados e as programações sejam contempladas em escalas mensais de serviço. Atualmente o serviço está sendo realizado mediante o Acompanhamento Gerencial do Serviço.

## **13. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

### **13.1. Determinações exaradas no Acórdão N° 2806/2008, relativas ao exercício de 2006**

13.1.1. Passe a utilizar a rede credenciada para compras com Cartão de Pagamento do Governo Federal, devendo, na impossibilidade de sua utilização, justificar, nas respectivas prestações de contas desses recursos, as razões da execução da despesa por intermédio de saque com o mencionado cartão.

13.1.1.1. Setor responsável pela implementação: Seção Administrativa e Financeira.

13.1.1.2. Providências adotadas: A medida foi adotada nas operações posteriores, porém, no exercício de 2008 não houve necessidade de efetivação de despesas mediante o cartão de pagamento do Governo Federal, portanto, as operações não foram realizadas.

13.1.2. Preencha suas propostas de concessão de suprimento de fundos em consonância com o despacho do Superintendente da 18ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Maranhão, de forma a evitar divergências entre o montante efetivamente liberado e os valores utilizados, nos processos de suprimentos de fundos concedidos.

13.1.2.1. Setor responsável pela implementação: Seção Administrativa e Financeira.

13.1.2.2. Providências adotadas: A medida foi adotada nas operações subsequentes, entretanto, no exercício sob análise não houve efetivação de despesas com a utilização de suprimento de fundos.

13.1.3. Observe a necessidade de se realizar tempestivamente o recolhimento dos valores de suprimento de fundos eventualmente não aplicados e/ou não comprovados adequadamente, no âmbito da 18ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Maranhão.

13.1.3.1. Setor responsável pela implementação: Seção Administrativa e Financeira.

13.1.3.2. Providências adotadas: A medida foi adotada nas operações subsequentes, entretanto, no exercício sob análise não houve efetivação de despesas com a utilização de suprimento de fundos.



13.1.4. Adote providências para regularização de bens não localizados e localizados mas sem tombamento, bem como, se for o caso, apure a responsabilidade pelo respectivo desaparecimento do bem não localizado.

13.1.4.1. Setor responsável pela implementação: Seção Administrativa e Financeira.

13.1.4.2. Providências adotadas: Foram instaurados 20 processos para essa finalidade e a comissão está na fase final dos trabalhos.

13.1.5. Passe a adotar controles de utilização de veículos, que contemplem indicação expressa da natureza da saída do veículo, bem como, a hora de saída e de chegada, quilometragem percorrida e quantitativo de abastecimento efetivado.

13.1.5.1. Setor responsável pela implementação: Seção Administrativa e Financeira.

13.1.5.2. Providências adotadas: O controle de utilização de veículos oficiais está sendo realizada mediante formulário padrão contendo as informações de entrada e saída, bem como, itinerário a ser percorrido, natureza do deslocamento, horário, nome do condutor e passageiros e autorização do setor competente.

13.1.6. Implemente mecanismos de atualização sistemática no sistema SIAPE, em relação ao tempo de serviço dos servidores da unidade, de forma que se proceda tal atualização sempre que houver averbação de períodos de exercício de atividades laborais, bem como, quando da concessão de benefícios que dependam diretamente do tempo de serviço público, como nos casos de pensão, aposentadoria, abono de permanência, reconhecimento de adicional de tempo de serviço, dentre outros.

13.1.6.1. Setor responsável pela implementação: Seção de Recursos Humanos.

13.1.6.2. Providências adotadas: Foi revista a rotina de execução das atividades e identificados os pontos que não estavam funcionando adequadamente, resultando nas devidas adequações às normas e procedimentos vigentes, assim como, foram feitas as atualizações dos dados. O mecanismo adotado contempla a abertura de processo e instrução, atendendo aos procedimentos estabelecidos pela Coordenação Geral de Recursos Humanos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF, averbação de tempo de serviço através de emissão de portaria publicada em boletim de serviço, registro nos assentamentos funcionais e lançamento do referido tempo no Sistema Integrado de Administração de Pessoal – SIAPE. Posteriormente, para os servidores originários do antigo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER que passaram a integrar o quadro de pessoal do DPRF, foi promovido o acerto histórico

de cargos no Sistema Integrado de Administração de Pessoal – SIAPE, deixando aquele tempo no órgão de origem ser tratado como tempo anterior de serviço.

13.1.7. Efetue levantamento de servidores que foram contemplados com abono de permanência em sua unidade, com a finalidade de atualizar a situação cadastral no sistema SIAPE.

13.1.7.1. Setor Responsável pela implementação: Seção de Recursos Humanos.

13.1.7.2. Providências adotadas: Foi efetuado o levantamento e realizada a devida atualização.

13.1.8. Realize o levantamento de todos os processos relativos a benefícios de abono de permanência, com vistas a formalizar com a documentação necessária todos os processos administrativos dessa natureza, bem como, para providenciar a adequada guarda desses processos concessórios, de forma a possibilitar a disponibilização tempestiva dos mesmos aos órgãos de controle, quando solicitados em trabalhos de fiscalização.

13.1.8.1. Setor responsável pela implementação: Seção de Recursos Humanos.

13.1.8.2. Providências adotadas: Foi efetuado o levantamento a partir de todos os servidores que possuíam a rubrica “abono de permanência”, onde foi identificado que haviam 22 abonos concedidos sem a devida materialização do ato relativa à abertura de processo, estando o restante com instrução precária. Foram abertos os 22 processos para a regularização e foi promovida a instrução histórica, no entanto, a análise do direito fora feita com vistas a constatar a legalidade de tais concessões. A partir de então, depois de atestada a legalidade, foram expedidas as portarias com publicação no boletim de serviço e devida atualização cadastral, assentamentos funcionais e SIAPE. Para aqueles processos que se encontravam com instrução precária, buscou-se a perfeita instrução nos moldes das normas e procedimentos estabelecidos pelo DPRF.

13.1.9. Providencie o ressarcimento dos valores pagos a seus servidores a maior, em razão de concessão de diárias sem os descontos relativos aos auxílios transporte e alimentação.

13.1.9.1. Setor responsável pela implementação: Seção de Recursos Humanos.

13.1.9.2. Providências adotadas: Foram providenciados os ressarcimentos dos valores mediante o processo de número 08665.000789/2007-71 através de Guias de Recolhimento da União.

13.1.10. Adote medidas para que se efetue o cadastramento de todos os atos concessórios de aposentadorias e pensões no sistema SISAC, bem como, faça inserir os respectivos atos em todos os processos de concessões dessas naturezas.

13.1.10.1. Setor responsável pela implementação: Seção de Recursos Humanos.

13.1.10.2. Providências adotadas: Procedimento concluído e continuado, com rotina de execução estabelecida pela Coordenação Geral de Recursos Humanos.

13.1.11. Faça constarem nos autos dos processos de reformas/obras relativos aos contratos 05/2005, 06/2005, 07/2005 e 09/2006, os respectivos termos de recebimento provisórios e definitivos dos serviços realizados.

13.1.11.1. Setor responsável pela implementação: Seção Administrativa e Financeira.

13.1.11.2. Providências adotadas: Os respectivos termos já foram providenciados.

13.1.12. Observe os dispositivos da IN/TCU nº 47/2004 e da DN/TCU nº 81/2006, ou as normas que venham a substituí-las, quando da elaboração de seu relatório de gestão.

13.1.12.1. Setor responsável pela implementação: Gabinete do Superintendente.

13.1.12.2. Providências adotadas: Os relatórios estão sendo elaborados consoante as normas estabelecidas pelo Tribunal de Contas da União.

## **13.2. Determinações exaradas no Acórdão Nº 5226/2008, relativas ao exercício de 2005**

13.2.1. Realize os descontos relativos aos pagamentos efetuados a maior, a título de diárias, concedidas aos servidores Mahatama Djalma Costa Ferreira, matrícula 1184437, Ernani Pinto de Almeida, matrícula 1073898, Sérgio Henrique Campos Matos, matrícula 1073713, Enock Ferreira Barros Filho, matrícula 1073107, Fernando Araújo da Silva, matrícula 1072781, Ronaldo José Silva Ramos, matrícula 1184425, Francisco Landin Ribeiro, matrícula 1072973, Eduardo de Jesus Ribeiro, matrícula 1073835, e Hildomar Alves de Alencar, matrícula 1073853 durante a “Operação Upatakou”, no valor de R\$ 389,48 (Trezentos e oitenta e nove reais e quarenta e oito centavos).

13.2.1.1. Setor responsável pela implementação: Seção Administrativa e Financeira.

13.2.1.2. Providências adotadas: Os servidores foram notificados da obrigação de ressarcir os valores pagos a maior mediante memorando, sendo emitidas as guias de recolhimento, das quais, apenas dois servidores efetuaram a devida devolução. Os demais estão questionando quanto ao dever de ressarcir, para tanto será autuado processo administrativo.

13.2.2. Anexe nos processos de diárias, em cumprimento ao disposto no Art. 1º do Decreto 5.992/2006, todas as informações necessárias à descrição das viagens, incluindo os dados relativos à justificativa dos deslocamentos e às datas, os locais e os horários dos compromissos assumidos, assim como, dos documentos que comprovem o deslocamento do servidor, tais como: comprovantes de embarque, convites, programações, certificados ou folders.

13.2.2.1. Setor responsável pela implementação: Seção Administrativa e Financeira.

13.2.2.2. Providências adotadas: A providência já fazia parte da rotina administrativa, entretanto, a partir de janeiro do ano em curso, as referidas concessões passaram a ser efetivadas por meio eletrônico, através do sistema de concessões de diárias.

13.2.3. Exija dos interessados em habilitar-se nas licitações promovidas pela unidade a documentação de regularidade fiscal, conforme dispõe o Art. 14 do Decreto 5.450/2005 c/c o Art. 27, V, da Lei 8.666/93.

13.2.3.1. Setor responsável pela implementação: Seção Administrativa e Financeira.

13.2.3.2. Providências adotadas: A exigência faz parte da rotina dos processos de licitação.

13.2.4. Adote providências ao efetivo cumprimento, caso persistam as falhas, das determinações constantes do item 3.1.4 do Acórdão 728/2004-TCU-2ª Câmara e 1.1.3 do Acórdão 2660/2003-TCU-1ª Câmara.

13.2.4.1. Setor responsável pela implementação: Seção Administrativa e Financeira.

13.2.4.3. Providências adotadas: As falhas se exauriram da rotina administrativa.

**14. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E  
PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO**

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SISAC
Admissão	00	00
Desligamento	00	00
Aposentadoria	06	Em andamento
Pensão	03	Em andamento

**15. DISPENSAS DE INSTAURAÇÃO DE TCE E TCE CUJO ENVIO AO TCU  
FOI DISPENSADO**

Não se aplica à Unidade.

**16. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
1	302	24.792.944,23	290	23.053.824,61	282	27.746.505,85
2	00	0,00	00	0,00	00	0,00
<b>Total</b>	<b>302</b>	<b>24.792.944,23</b>	<b>290</b>	<b>23.053.824,61</b>	<b>282</b>	<b>27.746.505,85</b>

1. Servidores ativos do quadro próprio em exercício na unidade
2. Funcionários contratados – CLT em exercício na unidade

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
1	00	0,00	00	0,00	00	0,00

1. Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
1	00	0,00	00	0,00	00	0,00

## 1. Contratações temporárias – Lei 8745/1993

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
1	00	0,00	00	0,00	00	0,00
2	00	0,00	00	0,00	00	0,00
<b>Total</b>	<b>00</b>	<b>0,00</b>	<b>00</b>	<b>0,00</b>	<b>00</b>	<b>0,00</b>

1. Pessoal requisitado em exercício na unidade, com ônus
2. Pessoal requisitado em exercício na unidade, sem ônus

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
1	52	686.608,93	52	721.251,12	53	800.046,62
2	00	0,00	00	0,00	00	0,00
3	00	0,00	00	0,00	00	0,00
4	27	52.916,25	27	50.226,13	33	74.209,60
<b>Total</b>	<b>79</b>	<b>739.535,18</b>	<b>79</b>	<b>771.477,25</b>	<b>86</b>	<b>874.256,22</b>

1. Pessoal terceirizado: vigilância e limpeza
2. Pessoal terceirizado: apoio administrativo
3. Pessoal terceirizado: outras atividades
4. Estagiários

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
1	00	0,00	01	23.390,51	01	75.768,59
2	00	0,00	00	0,00	00	0,00
<b>Total</b>	<b>00</b>	<b>0,00</b>	<b>01</b>	<b>23.390,51</b>	<b>01</b>	<b>23.390,51</b>

1. Pessoal cedido pela unidade, com ônus
2. Pessoal cedido pela unidade, sem ônus

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
1	00	0,00	00	0,00	00	0,00
2	00	0,00	00	0,00	00	0,00
<b>Total</b>	<b>00</b>	<b>0,00</b>	<b>00</b>	<b>0,00</b>	<b>00</b>	<b>0,00</b>

1. Pessoal requisitado em exercício na unidade, com ônus
2. Pessoal requisitado em exercício na unidade, sem ônus

Descrição	2008	
	Qtde	Despesa
Pessoal envolvido em ações finalísticas na unidade	226	22.236.561,43
Pessoal envolvido em ações de suporte da unidade	56	5.509.944,42
<b>Total</b>	<b>282</b>	<b>27.746.505,85</b>

**17. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO**

Não se aplica à Unidade.

**18. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADE AFINS**

Não se aplica à Unidade.